

A PETROLEIRA

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO ESPECIAL DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES- 1 DE MARÇO DE 2018



*"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres" Rosa Luxemburgo*

Veja nesta edição:

**Mexeu com uma, mexeu com todas
página 3**

**Petroleiras que marcaram a história
páginas 4 e 5**

**Militância, luta e participação
feminina na política - página 8**



DEPOIMENTO: MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS



Beatriz Cerqueira é professora e foi a primeira mulher eleita para a presidência da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT-Minas). Foi reeleita para o cargo na última eleição para o mandato 2015/2019.

Também é coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

«É pela participação na organização da sua categoria que você pode mudar a realidade. Ninguém muda nada sozinho. É a coletividade que tem esta capacidade»

Beatriz Cerqueira

“**S**ó compreendemos a importância do debate de gênero em nossa sociedade, em nossas vidas, quando nos movimentamos abandonando o lugar que nos dizem que é o nosso! Já nos ensinou Rosa Luxemburgo: só sentimos as correntes que nos prendem quando nos movimentamos.

Foi assim comigo. Levou tempo até eu compreender o que é o machismo e a misoginia e que eu tinha (e tenho) o direito de não aceitar. É pela experiência que vivemos que vamos nos transformando. Nossa sociedade tenta silenciar as mulheres, invisibilizando a violência que sofremos, praticando menos direitos e salários, aceitando a cultura do estupro.

Sou professora há 22 anos. Nossa profissão é composta por mais de 80% de mulheres. Comecei a participar do movimento sindical tão logo comecei minha vida profissional. Acredito que estão ligados. É pela participação na organização da sua categoria que você pode mudar a realidade. Ninguém muda nada sozinho. É a coletividade que tem essa capacidade.

Em 2010 assumi, na direção estadual do Sind-UTE MG, a tarefa de coordenação geral. Eu era muito nova e foi um enorme processo de aprendizagem. Foi um período de intensos enfrentamentos com o modelo de choque de gestão no estado de Minas Gerais. Tive que rapidamente aprender a lidar com ataques que vinham da própria estrutura do Estado. Passei a conviver, a partir daí, com uma constante exposição pública, que me acompanha até hoje.

Em 2012, fui eleita presidenta da CUT [Central Única dos Trabalhadores] em Minas Gerais. Foi a primeira vez que uma mulher assumiria esta tarefa no Estado. A primeira dificuldade que vi foi ainda na formação da chapa para a direção. A maioria dos sindicatos indica homens! Aí compreendi na prática a importância de regras determinando uma participação mínima. Na época era de 30%, hoje é de 50% de mulheres na direção. Mas só estabelecer a cota não basta. É preciso também democratizar os espaços de poder, dividindo a participação nos cargos de decisão como presidência, secretaria geral e tesouraria. Tive e tenho que trabalhar muito neste espaço. Em geral, a sociedade não acredita que mulheres sejam capazes de falar sobre conjuntura, política, se posicionarem sem que tenham uma referência masculina ao seu lado. Como se nossa ascensão tenha sempre que estar associada a uma liderança masculina!

Outro lugar que merece o nosso olhar crítico é o espaço parlamentar. Embora sejamos mais de 50% da população, somos sub-representadas em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado. Isso é um debate essencial porque estamos falando de representatividade, direito das mulheres. Como homens decidem sobre a vida das mulheres, como o que aconteceu numa comissão que discutia a PEC [Proposta da Emenda à Constituição] 181 na Câmara dos Deputados? Foram 18 homens e uma mulher. Decidiram sobre a vida (ou condições

que levam a morte) das brasileiras.

Tivemos no Brasil a primeira experiência em mais de 100 anos de República de eleição da primeira mulher presidenta. E ela foi tratada com todo o preconceito que existe na nossa sociedade. A imprensa cuidou de construir uma falsa imagem de que mulher não serve para os espaços públicos, não tem competência para administrar nem "jogo de cintura" para a política. Sabemos hoje que tudo isso foi dito para dar legitimidade a um processo de votação e interrupção do mandato presidencial sem base legal. Agora tem até deputado pedindo desculpas pelo voto.

Mas não precisamos de desculpas! Precisamos que o Brasil combata as diversas violências que estão presentes na vida das mulheres. Nos espaços que participo tenho tentado dar esta contribuição. É preciso falar sobre o que enfrentamos. É preciso que participemos cada vez mais dos espaços de decisões coletivas, seja no sindicato, seja na associação do bairro. Temos que cada vez mais dizer não à toda situação que nos afronta e nos oprime, denunciar qualquer violência que sofremos! E sempre sermos solidárias com o que acontece com outra mulher, como nos ensinou os recentes movimentos na Argentina de denúncia das violências sofridas por mulheres "nem uma a menos"!

E eu diria mais. Precisamos ter redes coletivas de proteção: mexeu com uma, mexeu com todas nós! Quando avançamos, o machismo retrocede!"



EDITORIAL

8 de março: Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher tem mais a ver com todas nós, trabalhadoras, e com os sindicatos do que muitos podem imaginar. A data surgiu em 1911, em homenagem às mais de 100 operárias que foram assassinadas em um incêndio criminoso na fábrica têxtil onde trabalhavam, em Nova York, nos Estados Unidos, no ano de 1857. Elas lutavam pela redução de jornada de trabalho e pelo direito à licença-maternidade.

Mas esse foi apenas um marco da luta das mulheres ao longo da história. O direito ao voto, que no Brasil foi conquistado há menos de 100 anos; o direito ao divórcio; o direito a frequentar a escola e trabalhar fora e a Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica contra as mulheres, são algumas das muitas batalhas travadas por nós.

E muitas outras enfrentamos diariamente, como: a luta pela igualdade de direitos e de salários no mercado de trabalho; pelo direito à liberdade sexual; pelo direito de escolha entre se casar ou não, ter filhos ou não, ser dona de casa ou não; a batalha constante contra o assédio moral e sexual.

E tudo isso enfrentamos sem deixar de lado as duplas, triplas e até quádruplas jornadas que assumimos, muito em razão do machismo enraizado em nossa sociedade.

Infelizmente, na maioria das famílias, ainda é papel da mulher - e somente dela - a criação dos filhos e os cuidados com a casa. Nada disso é suficiente para nos parar: estamos nas universidades, no mercado de trabalho, na política, constantemente lutando por melhores oportunidades.

Somos mais de 50% da população, mas esta estatística não é suficiente para impedir a contradição que encaramos em uma sociedade onde ainda somos sub-representadas em todas as esferas de poder. Seja nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado e até mesmo nas associações de trabalhadores, nos sindicatos e entidades representativas de variadas categorias.

Frente a tantos desafios que ainda nos esperam, a nossa melhor arma é a união. Somente com parceria, garra, boas ideias e força de vontade vamos garantir que os nossos direitos sejam respeitados. Todas juntas, em torno de um mesmo propósito: assim, ninguém pode calar a nossa voz!

Mulheres integrantes do Sindipetro/MG

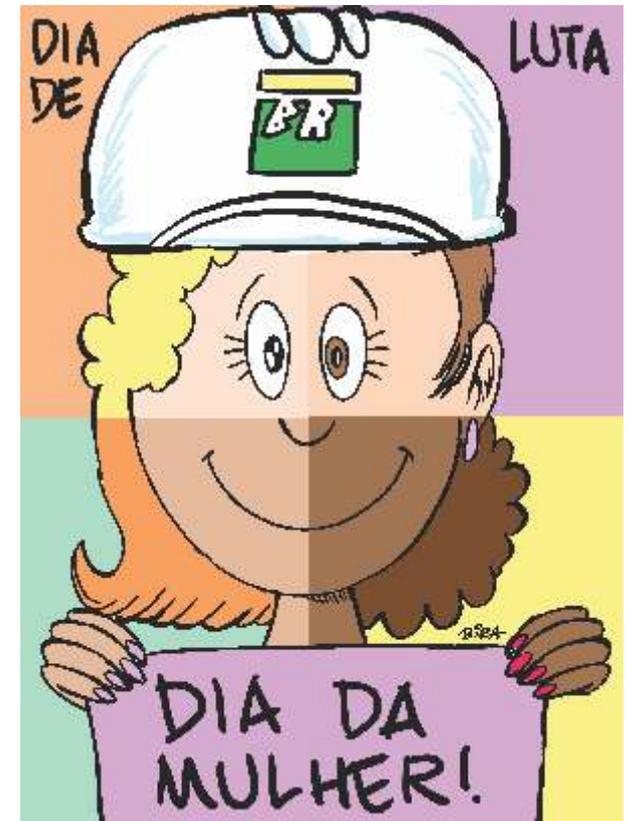


Na Capa:

Montagem Mulheres que marcaram a História - na política, na luta pelos direitos das mulheres, nas ciências e nas artes (da esquerda para a direita): Rosa Luxemburgo, Simone de Beauvoir, Anita Garibaldi, Elizabeth Eckford, Angela Davis, Cora Coralina, Dandara, Maya Angelou, Ella Baker, Marie Curie, Nísia Floresta, Maria da Penha, Amelia Bloomer, Eva Perón.

ENCONTRO DE MULHERES PETROLEIRAS DA FUP

O Encontro Nacional do Coletivo de Mulheres Petroleiras vai acontecer entre 27 e 29 de abril de 2018, no Rio Grande do Norte. O tema deste ano será Mulheres na Luta pela Democracia e vai homenagear a educadora, poetisa e escritora feminista Nísia Floresta. No encontro serão debatidos a conjuntura atual, as reivindicações das petroleiras e os caminhos para a organização das mulheres.



MULHERES NA LUTA: por democracia, soberania e autonomia

Praça da Assembleia | BH/MG

07/MARÇO

08h - Acolhida das mulheres com Grupo Axé
10h - Abertura
11h - Repasse Organicidade
12h - Almoço
15h30 - Oficinas
17h - Banho e jantar
20h - Cultural

08/MARÇO

15h - Saída da Marcha das Mulheres da ALMG rumo a Praça Sete

FRENTE BRASIL POPULAR

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinicius Costa e Wender Destro.

Jornalistas: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535 - www.sindipetro.org.br - sindipetro@indipetro.org.br



HISTÓRIA: PETROLEIRAS QUE MARCARAM

A LUTA SINDICAL MINEIRA

Antes mesmo de ser inaugurada, a Refinaria Gabriel Passos (Regap) - primeira unidade da Petrobrás em Minas Gerais - já tinha mulheres para seu quadro de funcionários.

Uma de suas primeiras funcionárias foi Sandra Meira Starling, que ingressou na empresa em 1962, aos 18 anos. Ela participou não só da fase de elaboração do projeto de construção da Regap, como também da fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo (Sindipetro), que oficialmente ocorreu em 1963.

Participou ainda da primeira diretoria do Sindipetro/MG, ocupando o cargo de secretária-geral. No entanto, em virtude do golpe militar dado em 31 de março de 1964, o Sindicato sofreu intervenção e todos os seus diretores foram cassados. Por causa das pressões políticas, Sandra foi obrigada a abandonar a Petrobrás em setembro de 1964.

Também foi nesse contexto que a atual diretora do Sindipetro/MG, Leticia Staela Mansur Duval, de 75 anos, entrou para a Petrobrás. Aprovada em concurso público, ela começou a trabalhar em 1965 na elaboração do projeto de construção da refinaria, inaugurada em 1968. No entanto, saiu em 1966 e só retornou à empresa em 1984, já com a Regap em operação.

Por mais de 30 anos, ela trabalhou no setor administrativo da refinaria, entrando para a diretoria do Sindicato em 2011, onde permanece até hoje. "Eu sempre fazia greve, sempre fui grevista. Então, quando voltei para a Petrobrás eu já me sindicalizei. E, na época, tinha a Terezinha no sindicato, que era daquelas que fervia e tinha muita gente que participava das coisas que o Sindicato fazia. Então, eu fui me aproximando e, em 2011, a convite do Leopoldino eu entrei para a chapa".

Terezinha Caldeira Lacerda foi outra importante mulher que esteve à frente do Sindipetro/MG na década de 90 e encabeçou importantes lutas em prol da melhoria das condições de trabalho na Regap. Hoje, aos 67 anos e já aposentada, Terezinha conta que entrou para a Regap em 1986 e para o Sindicato em 1990. Foi uma das primeiras mulheres a disputar uma vaga para a operação, quando a Petrobrás passou a admitir pessoas do sexo feminino no setor.

"Minha experiência no Sindicato foi muito enriquecedora. Nós tínhamos que matar uma leão por dia para obter as conquistas pelas quais lutávamos, mas foi uma época muito boa", conta a aposentada, que ficou na direção do Sindicato até 1993 e, em seguida, no Conselho Fiscal da entidade na gestão de 1999 a 2002.



Atuais diretoras do Sindipetro/MG: Leticia Staela, Edna Vieira e Márcia Nazaré em ato na portaria da RLAM, na Bahia, contra o fechamento da refinaria.

Terezinha tirava de letra as duplas jornadas, típicas na vida de quase toda mulher até os dias atuais e um dos principais fatores que afastam algumas mulheres da escola, da política e de diversos outros ambientes. Na época que entrou para o Sindicato, ela era separada e tinha dois filhos ainda menores de idade: "eu levava meus filhos comigo. Eles iam para as greves, congressos, e até uma viagem que fizemos à Brasília".

No entanto, uma das mais árduas batalhas enfrentadas por ela na Refinaria e também no próprio Sindicato era a luta contra o machismo e a discriminação sofrida pelas mulheres. "A Regap era muito ditatorial e as mulheres quase não tinham chances. Lembro-me que, nesta época, só havia duas ou três mulheres na chefia da refinaria e o machismo dentro da empresa era muito grande. E quando eu entrei para o Sindicato éramos só eu e Rosângela [Maria Lage] na diretoria, o restante eram homens".

Ela relembra ainda que, até final dos anos 90, havia setores na Petrobrás onde apenas homens podiam trabalhar. Até mesmo os concursos públicos tinham vagas separadas por sexo. "Se eu não estou enganada, foi por volta de 1997 que abriu-se a possibilidade de mulher trabalhar na operação, o que até então era proibido. E então foram três mulheres, a Regina, uma moça do Secra e a Ana Lúcia. Em 1999, eu me candidatei e passei a trabalhar como operadora, juntamente

com a Rosane e a Euda. Éramos cinco ou seis operadoras em toda a Regap nesse período".

Esse é um outro capítulo da história de Terezinha, onde o machismo deixou marcas. "Eu sofri muita perseguição na operação por ser mulher. Eles fizeram de tudo para eu poder desistir e, por fim, me tiraram em 2004 ou 2005. Eu relatava tudo que acontecia nos relatórios diários e denunciava tudo que via de errado acontecendo. Até na ouvidoria eu entrei. Mas, depois que fui tirada da operação, a perseguição já era tanta que pedi transferência para o Espírito Santo, onde me aposentei em 2016", contou.

A luta de todas essas mulheres na Regap e nas unidades da Petrobrás em todo o País resultou em um número maior de mulheres na empresa, um aumento da presença feminina em cargos de chefia e também nos sindicatos e entidades de classe. Hoje, a diretoria do Sindipetro/MG, por exemplo, tem quatro mulheres em sua composição: Cristiane Reis (Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro), Leticia Staela (aposentada), Márcia Nazaré de Lima (Regap) e Maria Edna Vieira (Regap). Em outros sindicatos já tivemos mulheres na coordenação, como a Cibele Vieira, no Sindicato Unificado de São Paulo, na gestão passada. Um cenário que aos poucos está mudando, mas que ainda demanda muita luta das mulheres para conquista de mais espaço, respeito e representação.

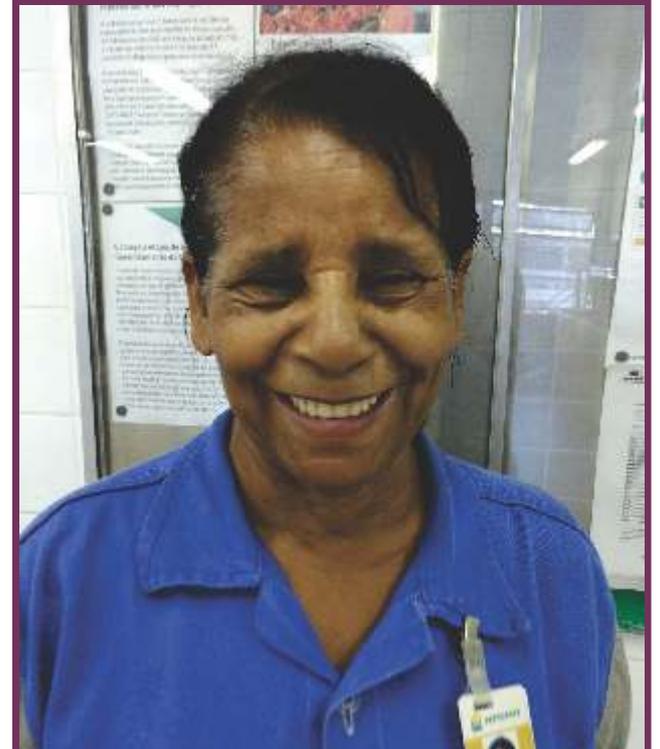




HISTÓRIA: PETROLEIRAS QUE MARCARAM A LUTA SINDICAL MINEIRA

Arquivo Sindipetro/MG

Fotos das décadas de 1970, 1980 e 1990 mostram a participação feminina no movimento sindical em Minas Gerais.



Em 1979, Maria Aparecida de Souza, mais conhecida como Cidinha, de 70 anos, começou a trabalhar em uma empresa terceirizada na Petrobrás. Ao longo de quase 40 anos, ela já passou por várias terceirizadas e acompanhou diversas mudanças dentro da estatal.

"Eu tenho sete filhos e, quando entrei, contava com a ajuda de uma mulher para olhá-los enquanto eu trabalhava. Eu cheguei a pegar serviço às 6h e voltava para casa só meia-noite porque quando eu saía do trabalho, eu ia dar faxina na casa de operadores da empresa e lavar seus uniformes na mão para completar a renda".

Ela conta ainda que o marido não aceitava que ela trabalhasse fora.

«Meu marido não ajudava em nada e, na época, a fama de uma mulher que trabalhava na Petrobrás era ruim. Hoje é muito diferente".

Algum tempo depois ela se separou do marido e, com muita luta, conseguiu criar os filhos, alguns deles inclusive chegaram a trabalhar em empresas que prestam serviço para a Regap.



ENTREVISTA:

COLETIVO PARA DIMINUIR DESIGUALDADE DE GÊNERO NA PETROBRÁS

Rosângela Maria Santos é petroleira desde 2000 e diretora do Sindipetro Bahia e da Federação Única dos Petroleiros. Também faz parte do Coletivo de Mulheres da FUP. Nesta entrevista, ela explica como atua para melhorar as condições de trabalho dentro da empresa e como a participação feminina é fundamental nesse processo.

Sindipetro/MG - Como e quando surgiu o Coletivo de Mulheres Petroleiras?

Rosângela - O Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP foi criado em 2012, a partir de uma resolução aprovada no III Plenafup (Plenária Nacional da FUP). O objetivo foi mobilizar, de maneira orgânica, as lutas e reivindicações específicas das trabalhadoras do Sistema Petrobrás e ampliar a participação feminina nos fóruns de deliberação da categoria, nas direções sindicais e da FUP.

Sindipetro/MG - Acredita que o Coletivo tenha surgido a partir de uma necessidade da mulher ser representada por mulheres na organização sindical, que historicamente, especialmente no caso dos petroleiros, sempre foi um espaço dominado por homens?

Rosângela - O Coletivo de Mulheres Petroleiras tem como fundamento a luta por igualdade entre gêneros. Esse é o princípio que permeia as demandas do Coletivo. Sem deixar de reconhecer as especificidades femininas, o Coletivo luta pela igualdade de direitos e compartilhamento dos deveres e que isso se reflita na organização sindical, nas negociações coletivas e nas práticas dentro da Petrobrás.

Sindipetro/MG - Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres para ingressarem nos sindicatos, participarem dos debates sobre direitos trabalhistas e até mesmo de assumirem cargos nas diretorias das entidades que representam os trabalhadores?

Rosângela - O principal desafio é fazer com que as mulheres petroleiras se reconheçam dentro dessa estrutura que, como você falou, é um espaço dominado majoritariamente por homens, e homens machistas. O universo sindical masculinizado pode assustar as mulheres que não se sentem à vontade neste tipo de ambiente, onde o machismo tende a se revelar. Podemos falar também do sentimento de posse que os homens possuem sobre as mulheres e a ausência do compartilhamento de tarefas e responsabilidades domésticas. Elas ainda são, na maioria dos lares, as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados com a família, desde os filhos, marido, pais e muitas vezes sogros também. Essa rotina sobrecarrega a vida das mulheres. A estrutura sindical até agora esteve associada à manutenção da estrutura patriarcal e sexista. E o baixo número de mulheres diretoras liberadas exclusivamente para atividades sindicais reflete a continuidade de tal estrutura.

Sindipetro/MG - E qual a importância das



Rosângela Maria Santos, diretora do Sindipetro Bahia e da Federação Única dos Petroleiros. Também é integrante do Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP

mulheres se organizarem e participarem dos debates nos sindicatos?

Rosângela - As mulheres trabalhadoras do mundo, historicamente, participam dos movimentos de emancipação e autonomia. A igualdade de direitos e de oportunidades sempre foi bandeira das mulheres nas sociedades machistas e patriarcais. As mulheres da CUT [Central Única dos Trabalhadores], por exemplo, se organizam desde sua criação, em 1983, se legitimando enquanto sujeitas de sua própria história debatendo a igualdade entre homens e mulheres. Foram anos de luta, desde a construção da primeira comissão até os dias de hoje, em que temos uma Secretaria da Mulher Trabalhadora para cada um dos 27 estados do Brasil e a paridade implantada na direção nacional da maior central sindical da América Latina. Hoje, a CUT é a única central que possui 50% dos seus cargos de direção ocupados por mulheres e outros 50% de homens, realizando assim a justiça na representação sindical do nosso País e contribuindo muito significativamente com o avanço da mulher no poder de decisão e formulação das políticas sindicais. A Secretaria da Mulher Trabalhadora tem por objetivo elaborar, coordenar e desenvolver políticas para a promoção das mulheres trabalhadoras, nas perspectivas das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as entidades. Assim, organizar as mulheres para intervir no mundo sindical e do trabalho sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras. Tendo em vista que as mulheres são maioria no mundo do trabalho e da população brasileira, é fundamental que outras entidades se preparem para avançar nesse sentido.

Sindipetro/MG - Como o Coletivo de Mulheres Petroleiras atua e quais são suas principais demandas e frentes de ação?

Rosângela - Temos representantes em quase

todas as bases e conseguimos avançar no número de diretoras sindicais que assumem um protagonismo dentro dos seus sindicatos e suas bases. Realizamos um trabalho de construção, fortificação e empoderamento da mulher junto a movimentos sociais, centrais sindicais, espaços de representação e na sociedade. Na Petrobrás, atuamos para diminuir as desigualdades de gênero nos cargos de liderança, reivindicamos que a empresa cumpra com os fundamentos que a levaram a receber o selo de Pró-equidade de Gênero e Raça. Solicitamos que sejam realizadas políticas direcionadas para mulheres. E atuamos também intermediando conflitos e situações que envolvam mulheres petroleiras em todo o sistema.

Sindipetro/MG - Ao longo desses cinco anos, quais foram as principais conquistas obtidas pelo Coletivo de Mulheres?

Rosângela - Conquistamos o aumento do tempo de Licença Paternidade, de cinco para dez dias; o Auxílio-Creche/acompanhamento; extensão da licença maternidade / parto prematuro; Política de Saúde – Direito à amamentação; diária hospitalar de acompanhante; Participação Programa de Assistência Especial – PAE; Auxílio Cuidador da Pessoa Idosa; Movimentação de empregados; e Políticas de SMS.

Sindipetro/MG - Anualmente, o Coletivo promove um encontro das mulheres petroleiras? Como é esse encontro? É aberto a petroleiras de todo o País? Já existe data e local para o encontro que ocorrerá em 2018?

Rosângela - O Encontro é Nacional e reúne trabalhadoras petroleiras de todas as bases da FUP. O próximo será no Rio Grande do Norte, entre 27 e 29 de abril. O Encontro terá como tema Mulheres na Luta pela Democracia e vai homenagear a personalidade feminista Nísia Floresta. No encontro debatemos conjuntura atual, nossas reivindicações e propomos caminhos para a organização das mulheres.



MULHERES OCUPAM APENAS 16% DOS CARGOS NA PETROBRÁS



Petroleiras em ato na portaria da Rlam, na Bahia

O Brasil tem hoje 51,4% de mulheres, uma realidade que não se reflete no cenário político e no mundo do trabalho. Apesar de ter crescido nos últimos anos, a representatividade feminina nesses espaços ainda é bastante pequena.

Na Petrobrás, as mulheres representam 16,2% do total de funcionários. Já na Regap são 112 mulheres, que representam um percentual ainda menor: 14,9% do total de trabalhadores. Outras unidades da empresa no Estado também refletem a pouca participação feminina, como é possível ver no quadro ao lado.

Na Federação Única dos Petroleiros (FUP), a diretoria atual conta com a participação de oito mulheres, respeitando uma diretriz estatutária que prevê um percentual de representação feminina correspondente ao número de trabalhadoras na Petrobrás.

Já no Sindipetro/MG, a atual diretoria conta com quatro mulheres, sendo a maior participação feminina na história do Sindicato. Apesar de não ter nenhuma definição estatutária, hoje a direção já tem maior representatividade feminina do que a categoria.

E, tanto a FUP quanto o Sindipetro/MG têm trabalhado para aumentar a participação delas na

organização dos trabalhadores, buscando até mesmo superar o percentual de trabalhadoras da empresa.

Na política, o cenário é ainda pior: 9,9% das cadeiras do Congresso Nacional são ocupadas por mulheres. Esse número coloca o Brasil em 154º lugar no ranking mundial da participação das mulheres nos parlamentos, em um total de 193 países.

A baixa representatividade feminina onde são criadas leis para toda a população mostra como é necessário repensar a estrutura política no País e incluir a perspectiva de gênero na gestão pública.

SOLUÇÕES

Apesar da pequena participação feminina nos espaços políticos, algumas iniciativas estão sendo colocadas em prática para reduzir a desigualdade de gênero. Na FUP, por exemplo, o Coletivo de Mulheres conquistou a cota mínima de mulheres na direção da Federação, que é proporcional ao percentual de mulheres na Petrobrás.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) aprovou a paridade de gênero em sua direção em 2012. Ou seja, a diretoria da Central deve ter 50% de mulheres obrigatoriamente.

Preconceito e assédio devem ser denunciados

A baixa representatividade feminina nos ambientes de trabalho e na política reflete em preconceitos ainda comuns na sociedade. A ideia de que uma mulher não possa ou não seja capaz de realizar uma tarefa dita "masculina" ou que é muito emocional para tomar decisões que exijam racionalidade ainda persistem no imaginário social.

Na Petrobrás, esse tipo de pensamento ainda é muito comum. Além disso, ainda são recorrentes os casos de assédio moral e sexual contra mulheres.

Na luta pela igualdade entre os gêneros, o direito da mulher e o respeito à diversidade são muito importantes.

Por isso, o Sindipetro/MG se coloca à disposição de todas as trabalhadoras que queiram denunciar situações de abuso ou preconceito ou mesmo criar iniciativas de defesa do direito das mulheres.

Para entrar em contato, basta enviar um e-mail para imprensa@sindipetromg.org.br. A identidade das trabalhadoras serão preservadas.

PETROBRÁS:

Total de funcionários: 51.255



REGAP:

Total de funcionários: 752



UTE AURELIANO CHAVES:

Total de funcionários: 44



UTE JUIZ DE FORA:

Total de funcionários: 33



USINA DE BIODIESEL DARCY RIBEIRO:

Total de funcionários: 40





OPINIÃO

MULHER NA POLÍTICA: MILITÂNCIA, LUTA E PARTICIPAÇÃO FEMININA



Áurea Carolina, vereadora de Belo Horizonte pelo PSol

Minha primeira experiência ativista foi no movimento hip hop, onde tive a possibilidade de vivenciar o encontro das questões juvenis, das culturas periféricas, de gênero e étnico-raciais, que foram determinantes para minha formação e atuação sociopolítica. Assim, a descoberta da vocação política foi fruto de um processo de envolvimento com as lutas da cidade desde muito cedo e da constatação de que a política é extremamente importante para concretizar as transformações que desejamos ver no mundo. Já a minha entrada na política institucional vem na esteira de uma busca por representatividade. Dentro da experiência das MUITAS pela Cidade que Queremos, eu fui entendendo que tinha uma contribuição real a dar. A gente tem o hábito de dizer que precisamos de mais mulheres na política, mais negras e periféricas, mas quem vai ser essa figura se não nós mesmas? A minha decisão foi uma resposta a uma chamada de responsabilidade. Não adianta falar que tem que ter, a gente precisa se colocar nesse lugar.



Cibele Vieira, diretora e integrante do Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP

Você já percebeu que, em geral, quando as mulheres falam em alguma reunião as pessoas ficam mais dispersas? Ouviu comentários sobre a instabilidade da fulana e ciclana porque mulheres são mais emotivas? Comentários misturando o visual (corpo/roupa) com capacidade profissional? Reparou se, nos avanços de níveis e progressão na carreira, há diferença por gênero? Já percebeu que é mais difícil uma mulher falar nas assembleias e participar das direções dos sindicatos? Infelizmente, a ilustração de momentos que demonstram o quanto ainda precisamos avançar são muitos. Essas e outros temas emblemáticos são construções sociais sobre o papel de cada um.

Antes as mulheres não podiam votar, se traísse o marido ele tinha o direito de matá-la, para trabalhar fora de casa tinham que ter autorização. Faculdade não era espaço para mulheres, sequer a escola. O que alguns acham radicalismo, nada mais é do que a luta para podermos ter os mesmos direitos. A mulher pode morar sozinha e ser solteira, pode sair para tomar uma cerveja, pode viajar a trabalho ou a lazer e pode ser dona de casa também. Temos nossas diferenças biológicas, mas somos socialmente iguais. Como dizia Rosa Luxemburgo: "por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres".



Sonimara Maranhão, Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Nós não nascemos mulher, nós nos transformamos na mulher que somos. Somos construídas socialmente, historicamente e nas relações, inclusive as que se dão na correlação de forças entre a luta de classe dos imperialistas contra os trabalhadores.

Ser mulher e militante do MAB não significa que estamos livres das tarefas domésticas 25 horas por dia, de ter a maior responsabilidade com a casa e com os filhos, saúde, escola, comida, roupa, lazer, ver quando o pacote de fraldas está acabando, de levantar pensando o que vamos colocar na panela pela manhã, tarde e noite. O desafio da divisão sexual do trabalho doméstico é diário.

O que me deixa mais feliz em ser mulher militante é que podemos compreender juntas - entre companheiras da classe trabalhadora - a necessidade de cada vez mais as mulheres assumirem a disputa da luta pelo poder colocada hoje em nosso País. O que nos deixa mais animadas na luta é ver as mulheres unificando-se no Dia Internacional das Mulheres. Este ano a luta é pela soberania, democracia e autonomia com direitos, contra a Reforma da Previdência.

É ver uma atingida por barragem se sentindo petroleira na exploração da força de trabalho, junto com a luta constante de não deixar os acionistas e rentistas se apoderarem de nosso pré-sal, nosso minério e de nossa água. Mulheres, petróleo, trabalho, água e energia não são mercadorias! Por soberania de nossos corpos e País!



Bernadete Monteiro, integrante da Marcha Mundial das Mulheres

Minha sensibilização para a militância começou cedo, a partir do exemplo da minha mãe, que participava de associação de bairro, lutando pelas questões da comunidade. Ao longo da vida, foram me indignando várias questões que eu considerava injustiças. Mas minha participação política efetiva iniciou a partir da vivência no movimento estudantil, onde eu encontrei o feminismo a partir de um questionamento com relação à minha profissão. Sou enfermeira e comecei a questionar por que as enfermeiras ganhavam salários muito menores que outras categorias no âmbito da saúde. Encontrei no feminismo e na divisão sexual do trabalho a razão dessa remuneração desigual, que não acontece só em relação às enfermeiras, mas com a grande maioria das mulheres, que ainda hoje no Brasil recebem em torno de 65% da remuneração dos homens, mesmo exercendo os mesmos cargos. Meu encontro com o feminismo foi também um encontro com o movimento popular e com a Marcha Mundial das Mulheres. E a partir daí, fui descobrindo as bases da desigualdade entre homens e mulheres e, para mim, construir a luta feminista deixou de ser opção e passou a ser necessidade na minha vida, entendendo que era parte de um projeto coletivo de transformação que a sociedade precisava. Mais tarde, encontrei com outros movimentos populares, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Consulta Popular, que já trouxe uma perspectiva diferente para minha vida militante, que foi a participação em uma organização política mista, com homens e mulheres, que colocava novos desafios nesse processo de participação.



Marília Campos, deputada estadual pelo PT

Comecei a minha militância no movimento estudantil e participei da fundação do PT e da CUT no Triângulo Mineiro. Nos anos 1990, fui presidenta do Sindicato dos Bancários e em 1996 disputei pela primeira vez a Prefeitura de Contagem pelo PT, ficando em terceiro lugar. Em 2000, fui eleita vereadora na cidade, depois deputada estadual e prefeita por duas vezes, sendo a primeira na história do município a ser eleita e reeleita. Em 2014, fui eleita para o segundo mandato na Assembleia Legislativa, onde presido atualmente a Comissão Extraordinária de Mulheres, que está prestes a se tornar uma Comissão Permanente da Casa para continuar atuando em defesa das causas feministas. Precisamos ter mais mulheres no poder. Em espaços de decisão que não nos estão dados, razão pela qual é preciso conquistá-los e reafirmá-los constantemente. Ser ouvida e ter voz não é uma tarefa fácil em uma sociedade machista, mas quando vejo que somos nós que estamos na base da resistência ao golpe em curso no país, acredito ainda mais na necessidade de termos mais mulheres ocupando lugares de protagonismo na sociedade.



Ana Júlia Guedes, diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) e integrante da coordenação do Levante Popular da Juventude MG

Como muitas outras lutadoras de hoje e de toda a história do Brasil, minha militância começou no movimento estudantil. Com as companheiras e companheiros do Levante [Popular] me forjei passando nas salas de aula e fazendo luta para pintar a universidade de povo. Quando entrei o próprio Levante estava começando sua caminhada, havia pouco tempo desde sua nacionalização. Mas nosso movimento nasceu carregando a bandeira do Feminismo Popular como um de seus princípios e isso marcou e marca a história de toda a nossa militância. Aliás, para as mulheres do Levante, a construção de espaços para mulheres e por mulheres é traço fundamental na constituição de nossa militância por um projeto feminista, anti-racista, colorido e popular. Isso significa que contar a experiência de cada uma e cada um dentro do Levante é contar a história de uma construção cotidiana e coletiva de uma organização comprometida na luta contra o patriarcado nas salas de aula, nas ruas, becos e vielas.